

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Apoio Especializado – Especialidade
Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'M13', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho inicial do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 5.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé. Havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

(Adaptado de: Assis, Machado de. **50 contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

1. O narrador dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (B) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.* (1º parágrafo)
 - (D) *Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (E) *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)

2. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr (3º parágrafo)
No contexto em que se insere, o trecho sublinhado expressa ideia de
 - (A) comparação.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) concessão.
 - (E) condição.

3. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em:
 - (A) *Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (B) *Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (C) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (D) *Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.* (3º parágrafo)
 - (E) *Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói.* (3º parágrafo)



4. Em *Escravo que fugia assim* (2º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) *Era grotesca tal máscara* (1º parágrafo).
 (B) *Havia também a máscara de folha de flandres* (1º parágrafo).
 (C) *Tinha só três buracos* (1º parágrafo).
 (D) *não cuidemos de máscaras* (1º parágrafo).
 (E) *os escravos fugiam com frequência* (3º parágrafo).
-
5. *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)
- Os termos sublinhados acima constituem, respectivamente,
- (A) uma preposição, um artigo e um pronome.
 (B) um pronome, um artigo e um pronome.
 (C) um artigo, um pronome e um artigo.
 (D) um pronome, um pronome e um artigo.
 (E) uma preposição, um pronome e um artigo.

Atenção: Considere o trecho do poema abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

*Esta velha angústia,
 Esta angústia que trago há séculos em mim,
 Transbordou da vasilha,
 Em lágrimas, em grandes imaginações,
 Em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
 Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.*

*Transbordou.
 Mal sei como conduzir-me na vida
 Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!
 Se ao menos endoidecesse deveras!
 Mas não: é este estar-entre,
 Este quase,
 Este poder ser que...,
 Isto.*

*Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.
 Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.
 Estou doído a frio,
 Estou lúcido e louco,
 Estou alheio a tudo e igual a todos:
 Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura
 Porque não são sonhos.
 Estou assim...*

(Fernando Pessoa. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

6. No poema, o eu lírico manifesta, sobretudo,
- (A) indiferença.
 (B) nostalgia.
 (C) indignação.
 (D) esperança.
 (E) inquietação.
-
7. No poema, o eu lírico expressa um desejo no seguinte verso:
- (A) *Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.* (3ª estrofe)
 (B) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe)
 (C) *Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!* (2ª estrofe)
 (D) *Se ao menos endoidecesse deveras!* (2ª estrofe)
 (E) *Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura* (3ª estrofe)
-
8. Verifica-se o emprego da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte verso:
- (A) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (B) *Esta angústia que trago há séculos em mim,* (1ª estrofe).
 (C) *Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.* (1ª estrofe).
 (D) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (E) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
-
9. No poema, o eu lírico recorre a um enunciado paradoxal no seguinte verso:
- (A) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (B) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (C) *Estou lúcido e louco,* (3ª estrofe).
 (D) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
 (E) *Estou assim...* (3ª estrofe).



10. As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de “*derivação imprópria*”.

(Adaptado de CUNHA, Celso. **Gramática essencial**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013)

Constitui exemplo de derivação imprópria o vocábulo sublinhado em:

- (A) Esta velha angústia, (1ª estrofe).
- (B) Este quase, (2ª estrofe).
- (C) Transbordou da vasilha, (1ª estrofe).
- (D) Porque não são sonhos. (3ª estrofe).
- (E) Estou assim... (3ª estrofe).

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Na tabela, temos o registro do número semanal de livros novos recebidos pela biblioteca.

Sem 1	Sem 2	Sem 3	Sem 4	Sem 5	Sem 6	Sem 7	Sem 8
15	8	12	?	?	30	26	35

Sabe-se que a média semanal de recebimento de livros é de 21 livros; no entanto, os números correspondentes às semanas 4 e 5 foram perdidos. A informação que foi recuperada é que o número de livros recebidos na semana 5 é 10% superior ao número da semana 4. Na semana 5 foram recebidos:

- (A) 12 livros.
 - (B) 15 livros.
 - (C) 19 livros.
 - (D) 22 livros.
 - (E) 25 livros.
12. Em uma prestação de contas registrou-se que foram gastos 35% do total do orçamento na primeira semana, 20% da quantia restante na segunda semana e 25% do que ainda havia em caixa na terceira semana. Após esse último registro, verificou-se que restavam R\$ 4.875,00 em caixa. O valor do orçamento inicial era de
- (A) R\$ 10.000,00
 - (B) R\$ 12.500,00
 - (C) R\$ 14.000,00
 - (D) R\$ 15.500,00
 - (E) R\$ 17.000,00

13. Aldo e Beto têm, juntos, 235 figurinhas. Aldo tem 25 figurinhas a mais do que o dobro do número de figurinhas de Beto. A diferença entre o número de figurinhas de Aldo e de Beto é

- (A) 100
- (B) 125
- (C) 85
- (D) 105
- (E) 95

14. A produção de 864 veículos de uma fábrica foi planejada de forma que os números de veículos brancos e de veículos cinza produzidos fossem, respectivamente, o triplo e o quádruplo do número de veículos pretos produzidos. O número de veículos pretos produzidos deve ser

- (A) 96
- (B) 105
- (C) 121
- (D) 130
- (E) 136

15. Se Adão vai ao cinema, Benedito consegue estudar e Carla não faz brigadeiro. Carla fez brigadeiro, então podemos afirmar que

- (A) Benedito conseguiu estudar.
- (B) Adão não foi ao cinema.
- (C) Benedito não conseguiu estudar.
- (D) Adão foi ao cinema.
- (E) Adão foi ao cinema se Benedito conseguiu estudar.

**Legislação**

16. Acerca dos vencimentos do servidor público, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.
 - (B) exclui-se do teto de remuneração do servidor a gratificação recebida por encargo de curso ou concurso.
 - (C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, salvo na hipótese de pandemia.
 - (D) o servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ressalvadas, entre outros, ausências, por até 5 dias, para alistamento ou recadastramento eleitoral.
 - (E) o vencimento e a remuneração do servidor não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de proventos previdenciários e prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
-
17. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) a intimação do interessado deverá conter sua identificação, a finalidade da intimação e a indicação dos fatos, sendo desnecessária a indicação dos fundamentos legais pertinentes à infração cometida, uma vez que a ninguém é dado alegar ignorância da lei.
 - (B) por razões de ordem técnica ou jurídica, a competência para edição de atos de caráter normativo é passível de delegação, para outros órgãos, ainda que não sejam hierarquicamente subordinados ao órgão administrativo a quem ela foi atribuída como própria.
 - (C) na hipótese de o interessado postular a suspeição da autoridade processante, sendo indeferida essa alegação, caberá recurso, com efeito suspensivo, pois o curso do processo administrativo depende da solução definitiva desse incidente.
 - (D) após a conclusão da instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, porém, conforme a complexidade do caso em julgamento, serão permitidas até mais 2 (duas) prorrogações por iguais períodos, expressamente motivadas.
 - (E) o desatendimento a intimação para ciência de decisão ou efetivação de diligências, no curso do processo, não importará no reconhecimento da verdade dos fatos nela contidos, tampouco em renúncia a direito pelo administrado.
-
18. Ao definir as modalidades de licitação, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que se utiliza
- (A) a concorrência, para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
 - (B) o concurso, para escolha de trabalho técnico, científico e artístico, sendo restrita aos candidatos que estejam vinculados a universidades ou escolas técnicas federais.
 - (C) o leilão, para aquisição de bens e serviços comuns a quem oferecer o maior lance.
 - (D) o pregão, para aquisição de bens imóveis ou de bens móveis, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (E) a licitação internacional, para as hipóteses em que haja cotação de preços em moeda estrangeira, devendo ser processada no exterior, na sede da representação brasileira, para ser executada em território nacional.
-
19. No tocante ao direito ao trabalho da pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- (A) garante aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em curso de formação, não sendo exigível quando se tratar de curso de capacitação.
 - (B) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
 - (C) assegura que a pessoa com deficiência tenha direito a promoções horizontais, considerado o cargo para o qual foi contratada, mas não o direito a planos de carreira e promoções verticais, cuja criação se insere na discricionariedade do empregador.
 - (D) obriga as pessoas jurídicas de direito público a garantirem ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, não se aplicando essa regra às pessoas jurídicas de direito privado, que se sujeitam ao regime da livre iniciativa.
 - (E) veda restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, ressalvadas as etapas prévias de recrutamento e seleção, que se destinam a apurar a plena aptidão do candidato ao cargo.
-
20. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região,
- (A) o Diretor e o Vice-Diretor da Escola Judicial serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.
 - (B) a Escola Judicial está vinculada à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e objetiva, na forma do seu Regulamento, o aprimoramento técnico-cultural de magistrados.
 - (C) na hipótese de vacância do cargo de Presidente do Tribunal, antes de completado o primeiro ano de mandato, a eleição para preenchimento da vaga será realizada na primeira sessão que se seguir, em prazo não superior a 10 (dez) dias, com posse imediata, concluindo o eleito o tempo de mandato do antecessor.
 - (D) o Presidente do Tribunal, quando eleito, tomará posse imediatamente perante o Órgão Especial, ocasião em que prestará compromisso de cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República.
 - (E) os membros da Comissão de Vitaliciamento serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.

**Conhecimentos Específicos**

21. O Poder Executivo é responsável por executar ações de governo e da legislação brasileira. Este poder é representado nas três esferas: federal, estadual e municipal. O mandato do Presidente da República é de 4 anos e sua posse terá início no dia
- (A) 5 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
 - (B) 2 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
 - (C) 3 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
 - (D) 4 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
 - (E) 1 de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
-
22. De acordo, com a Lei nº 8.662/1993, que trata da Regulamentação da Profissão de Assistente Social, entre as atribuições privativas do/a assistente social está a realização de laudos, perícias, informações e pareceres, entre outras. O parecer sobre matéria do Serviço Social é um(a)
- (A) descrição de uma determinada situação.
 - (B) conclusão definitiva a ser tomada.
 - (C) documento de circulação restrita.
 - (D) relatório social com informações apenas.
 - (E) opinião técnica sobre uma situação.
-
23. O Conselho Nacional de Justiça desde 2005 visa promover o desenvolvimento do Poder Judiciário via políticas judiciárias e de controle de sua atuação administrativa e financeira. As reclamações e/ou denúncias contra membros do Poder Judiciário podem ser feitas
- (A) no Ministério Público.
 - (B) nos fóruns regionais.
 - (C) nas ouvidorias do órgão.
 - (D) na Defensoria Pública.
 - (E) nos Tribunais de Justiça.
-
24. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas, previsto na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas está alinhado aos princípios da economicidade e da eficiência, devendo oferecer ações de desenvolvimento aos servidores públicos federais. Esta política estabelece regras sobre
- (A) licença prêmio ao servidor.
 - (B) aposentadoria por incapacidade.
 - (C) aposentadoria por tempo de serviço.
 - (D) concessão de licenças e afastamento.
 - (E) acúmulo de funções.
-
25. A garantia e efetivação da proteção social, após a Constituição Federal de 1988, tem se dado também por meio de maior participação social, pois esta se mostrou um elemento fundamental para a organização das políticas públicas brasileiras. Nesse sentido, é correto afirmar que a participação social
- (A) permite ao Estado decidir quais são suas prioridades.
 - (B) centraliza as demandas sociais oferecendo respostas assertivas.
 - (C) dá visibilidade às demandas de setores mais organizados.
 - (D) cria mecanismos de deliberação para demandas setoriais.
 - (E) promove maior igualdade e equidade nas políticas públicas.
-
26. Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando
- (A) 24 tribunais.
 - (B) 27 tribunais.
 - (C) 28 tribunais.
 - (D) 21 tribunais.
 - (E) 29 tribunais.
-
27. Em situações que requerem internação psiquiátrica, esta deve ser considerada um “recurso de exceção”, pois deve ser utilizada quando os recursos hospitalares forem insuficientes. Nesse sentido, as questões de saúde mental associadas ao uso de álcool e outras drogas
- (A) são consideradas motivo para internação compulsória.
 - (B) são consideradas motivo pela política de redução de danos.
 - (C) devem ser consideradas motivo para desintoxicação.
 - (D) por si só não são consideradas motivo para internação.
 - (E) por si só são uma forma de enfrentar o uso abusivo de álcool e drogas.



28. O Ministério Público tem como atribuição defender a ordem jurídica, o regime democrático, bem como os direitos sociais e individuais indisponíveis. Entre suas ações estão a fiscalização da aplicação das leis e a defesa do patrimônio público, entre outras. Com relação aos direitos coletivos, o Ministério Público atua por meio de instrumentos como a(o)
- (A) Implantação de Ouvidorias.
 - (B) Termo de Ajustamento de Conduta.
 - (C) Inquéritos Criminais.
 - (D) Instauração de CPI.
 - (E) Lei de Iniciativa Popular.
-
29. A análise institucional baseia-se na pesquisa, no questionamento, na análise histórica, nos objetivos, na estrutura e no funcionamento da organização sustentados pelo coletivo, práticas e agentes grupais. O analista institucional tem como papel revelar os dispositivos analisadores divididos em duas categorias:
- (A) Subjetivos e Analíticos.
 - (B) Construídos e Espontâneos.
 - (C) Objetivos e Definidos.
 - (D) Determinados e Sintéticos.
 - (E) Avaliativos e Monitorados.
-
30. Na atual legislação trabalhista, aplicada em estado de calamidade pública nas três esferas, o empregador deve informar o empregado sobre a antecipação de suas férias individuais com antecedência de no mínimo 48 horas. De acordo com esta lei, as férias não podem ser agendadas em período inferior a
- (A) 5 dias úteis.
 - (B) 7 dias corridos.
 - (C) 5 dias corridos.
 - (D) 7 dias úteis.
 - (E) 10 dias.
-
31. As condições para que no processo de divisão social e técnica do trabalho o Serviço Social se constituía enquanto espaço de profissionalização e assalariamento, são gestadas
- (A) na trama das relações sociais concretas e na história social da organização da sociedade brasileira.
 - (B) na gênese da profissão em toda a América Latina e nas propostas de trabalho tecnicistas.
 - (C) no conservadorismo católico e na aproximação ao Serviço Social norte-americano.
 - (D) nas propostas de trabalho permeadas pela teoria social positivista e nas primeiras políticas sociais.
 - (E) na Doutrina Social da Igreja e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII) – o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX).
-
32. No cotidiano de sua prática, as/os assistentes sociais mantêm uma dupla vinculação, com
- (A) a dimensão socioeducativa e com a dimensão política, pautada no projeto societário hegemônico.
 - (B) a Assistência Social e com os movimentos sociais, nas lutas pelos direitos e pela cidadania.
 - (C) a dimensão teórico-metodológica que permite a leitura dos processos sociais e com a dimensão ético-política que projeta a ação em função dos valores e das finalidades.
 - (D) a prestação de serviços socioassistenciais e com trabalho socioeducativo dirigido às classes subalternas.
 - (E) as instâncias mandatárias institucionais, que contratam para realizar um trabalho; e com a população usuária a quem o profissional presta serviços.
-
33. Em referência à prática profissional, podem-se destacar suas potencialidades, em torno de três questões: sua historicidade; a relação teoria/prática; sua materialização no cotidiano da/do assistente social. Nesse sentido, considere as assertivas abaixo:
- I. As ações profissionais só podem ser compreendidas se levarmos em conta as relações concretas da sociedade em que se situam, uma vez que seu presente está cotidianamente sendo criado e recriado com a construção e incorporação seletiva de saberes, a mobilização e recriação do passado e a produção e experimentação de novas abordagens.
 - II. O exercício profissional, apresenta-se como sendo um composto de processos de trabalho historicamente construídos e socialmente determinados pelo jogo de forças, que articulam uma dada totalidade social.
 - III. Os projetos profissionais são coletivos, constituindo-se como projetos macroscópicos, não devendo ser confundidos com projetos societários.
 - IV. A relativa autonomia da/do assistente social impõe uma dinâmica de enfrentamento em relação às demandas do cotidiano. É nesse sentido que verificamos uma tensão, pela qualidade intrínseca presente na relação de objetivos delimitados pelo projeto ético-político versus a condição de assalariamento.
- Está correto o que se apresenta em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e IV, apenas.
 - (E) I, apenas.



34. Considere as assertivas a respeito da trajetória histórica e do conceito de Direitos Humanos.
- I. A concepção moderna dos direitos humanos se baseia nos princípios da universalidade, do direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento.
 - II. As declarações dos direitos humanos além de assinalarem situações históricas e traumáticas, de servirem para preservar a humanidade da violência, e de buscarem a transformação, assinalam uma busca de um consentimento social e político de direitos que não são reconhecidos por todos.
 - III. A distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais consiste em que os direitos humanos estão positivados no plano internacional; enquanto os direitos fundamentais estão positivados na Constituição Federal.
 - IV. Os direitos humanos têm como objetivo preservar direitos mínimos à sociedade e reduzir as vulnerabilidades sociais ocasionadas pelo modo de produção e reprodução capitalista.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.
-
35. O parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal de 1988 apresenta como direito social garantido pelo Estado:
- (A) Educação e infraestrutura.
 - (B) Proteção à maternidade e à infância e a liberdade de expressão.
 - (C) Assistência aos desamparados e emancipação.
 - (D) Previdência social e meio ambiente.
 - (E) Alimentação e renda básica familiar, garantida em programa permanente de transferência de renda.
-
36. A matricialidade sociofamiliar é um conceito adotado pela política social brasileira, especialmente na Assistência Social, pautado na PNAS e no SUAS. Assim, ao assumir esse conceito
- (A) não se superou a tendência familista ou do familismo da política social brasileira.
 - (B) compreendeu-se que a família é a matriz para implementação da política social, possibilitando a fragmentação do atendimento.
 - (C) entendeu-se que a família é núcleo básico e exclusivo de proteção social para seus membros.
 - (D) cobra-se uma maior responsabilização da família pelo bem estar dos seus membros.
 - (E) parte-se do princípio da subsidiariedade do Estado às famílias na perspectiva serviços de apoio por benefícios mínimos.
-
37. A estrutura da sociedade capitalista é centrada no modo de produção e, portanto, na categoria **I**, as mudanças contemporâneas apresentam um novo cenário nas relações laborais, sendo a invasão da/o **II** a centralidade que mudou radicalmente o modelo de produção industrial. A/O **III** do capital ganha espaço em um processo pautado pela tecnologia e pela/o **IV**.

Completam as lacunas **I**, **II**, **III** e **IV**, correta e respectivamente,

	I	II	III	IV
A	globalização	tecnologia	trabalho	financeirização
B	financeirização	tecnologia	globalização	trabalho
C	tecnologia	globalização	financeirização	trabalho
D	trabalho	tecnologia	financeirização	globalização
E	globalização	trabalho	tecnologia	financeirização

38. As manifestações da questão social no mundo contemporâneo estão cada dia mais acirradas, multifacetadas e complexas. Isso torna a demanda de atenção da/do assistente social igualmente difícil e complexa, independente de seu campo de atuação profissional, uma vez que
- (A) é a era da tecnologia e dos serviços substituindo em larga escala a mão de obra, alterando a estrutura de exploração do sistema capitalista.
 - (B) os produtos produzidos, além de seguirem rigorosos padrões de qualidade, mantêm preços compatíveis com o mercado em que são vendidos.
 - (C) a refração dos direitos sociais e a desregulamentação do trabalho afeta as condições de vida das classes trabalhadoras de forma imperativa.
 - (D) deve-se decifrar as novas mediações através das quais se expressa a nova questão social na cena contemporânea.
 - (E) é de fundamental importância uma perspectiva militante que possa apreender as várias formas de resistência da população.



39. A/O profissional de Serviço Social, no desenvolvimento de sua prática, na construção de seu processo de trabalho, considera primeiramente o “chão”, onde se dá o seu agir, ou seja,
- (A) o cotidiano.
 - (B) a questão social.
 - (C) o trabalho.
 - (D) a instituição empregadora.
 - (E) os usuários.
-
40. A categoria responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas, possibilitando trabalhar na perspectiva de totalidade, é a/o
- (A) dialética.
 - (B) pragmatismo.
 - (C) instrumentalidade.
 - (D) mediação.
 - (E) universalidade.
-
41. No campo sociojurídico, utilizando da dimensão investigativa da profissão, fornecer aos autos processuais informações sobre a realidade dos sujeitos, orientado pelos princípios do Código de Ética Profissional, a fim de subsidiar a decisão judicial, cabe ao seguinte instrumento técnico-operativo:
- (A) relatório social.
 - (B) estudo social.
 - (C) laudo social.
 - (D) parecer social.
 - (E) visita social.
-
42. Como um profissional do setor de serviços, a intervenção do profissional de Serviço Social está voltada para a melhoria das condições de vida da população, acesso a direitos, bens e serviços, tendo ainda caráter educativo. Assim, é fundamental compreender que a intervenção profissional exige articulação entre as seguintes dimensões:
- (A) investigativa, interventiva e ético-política.
 - (B) teórico-metodológica, interventiva e técnico-operativa.
 - (C) investigativa, técnico-operativa e analítica.
 - (D) investigativa, interventiva e analítica.
 - (E) teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.
-
43. A Política Nacional sobre Drogas (PNAD), Decreto nº 9.761/2019, a Lei nº 13.840/2019, os atos normativos da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) e do Ministério da Cidadania, é baseada na prevenção, na inclusão social e no restabelecimento da saúde por meio da abstinência dos usuários e dependentes químicos,
- (A) preconizando, ainda, entre uma série de medidas, a construção de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas, focando no processo de redução de danos.
 - (B) propondo a inclusão na educação básica, média e superior de conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, dando ênfase à redução de danos.
 - (C) não sendo mais sedimentada na redução de danos, sendo previsto o fortalecimento das comunidades terapêuticas.
 - (D) propondo a internação involuntária, especialmente nas comunidades terapêuticas, estabelecendo o reconhecimento das diferenças entre o usuário, o dependente e o traficante.
 - (E) sendo indicada a internação nas comunidades terapêuticas, independente dos recursos extra-hospitalares.
-
44. Em referência ao trabalho social com famílias desenvolvido pelas políticas públicas sociais, analise as assertivas abaixo.
- I. O modo como a família é incorporada à política pública reflete na organização dos serviços e na proposição e organização do trabalho com famílias no cotidiano dos serviços, programas e projetos.
 - II. As famílias pobres são consideradas incapazes, devido à sua debilidade, desagregação conjugal, à pobreza, cabendo ao Estado, via as políticas sociais, e aos profissionais do Serviço Social, desenvolver estratégias que possibilitem a transformação dessa situação.
 - III. No trabalho social com famílias, é necessário considerar que elas são constitutivas do problema social, e que seus responsáveis não têm capacidade de educar as crianças, proteger seus membros da marginalidade, da promiscuidade e do vício.
 - IV. O trabalho social com famílias ainda faz a focalização nas famílias em situação-limite, em especial nas “mais derrotadas”, “incapazes”, “fracassadas”, e não em situações cotidianas da vida familiar, com ações preventivas e na oferta de serviços que deem sustentabilidade às mesmas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, apenas.



45. A Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, no seu Art. 30, afirma que compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para
- (A) a mulher vítima de violência e às crianças e aos adolescentes, filhos da vítima de violência.
 - (B) a mulher vítima de violência e os familiares, com foco nos que habitam a mesma unidade domiciliar.
 - (C) a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.
 - (D) a ofendida e o agressor que conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
 - (E) ofendida, mas de acordo a complexidade do caso, o juiz pode determinar a manifestação de outro profissional especializado.
-
46. Em referência às legislações frente à Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, é a mais recente. No Capítulo VII, do Direitos à Assistência Social, no Art. 39, § 1º, está disposto que a política de Assistência Social deve envolver um conjunto articulado de serviços no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo SUAS. Assim, na proteção social especial de alta complexidade, um dos serviços é a/o
- (A) residência terapêutica.
 - (B) Centro Dia para pessoa com deficiência.
 - (C) serviço de atenção a pessoa com deficiência em domicílio.
 - (D) residência inclusiva.
 - (E) centro de acolhida especial.
-
47. A Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, alterou a Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. A alteração trazida por essa lei foi
- (A) mudança da idade de 60 para 65 anos.
 - (B) prioridade no atendimento em órgãos públicos.
 - (C) substituição, em toda a Lei, das palavras “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.
 - (D) obrigatoriedade do Estado em zelar pela pessoa idosa, via políticas públicas.
 - (E) mudanças da idade de 65 anos para 60 anos.
-
48. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 40, dispõe que o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Nesse sentido, conforme afirma o § 1º, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado
- (A) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos, ou aos 70 (setenta) anos, na forma de lei complementar; e no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos, se homem.
 - (B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos, ou aos 75 (setenta e cinco) anos, na forma de lei complementar; e no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos, se homem.
 - (C) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos, e no âmbito da União, aos 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos, se homem.
 - (D) facultativamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos, e no âmbito da União, aos 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos, se homem.
 - (E) facultativamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos, e no âmbito da União, aos 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher, e aos 60 (sessenta) anos, se homem.
-
49. A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar
- (A) que na prática profissional a teoria é outra.
 - (B) que a teoria se sobrepõe à prática.
 - (C) a ética como pressuposto teórico-político.
 - (D) que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
 - (E) que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.



50. Em referência a relação profissional da/do assistente social com as instituições empregadoras, no Art. 7^o do Código de Ética está disposto os direitos do/a assistente social; no Art. 8^o os deveres do/a assistente social; e no Art. 9^o o que lhe é vedado. Considere as ações abaixo, indicando **1** para os direitos; **2** para os deveres; e **3** para o que é vedado aos profissionais de Serviço Social.
- () Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
 - () Empréstimo seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.
 - () Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código.
 - () Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

As ações são corretas e respectivamente classificadas com

- (A) 2 3 2 1
 - (B) 3 1 1 2
 - (C) 1 2 3 1
 - (D) 2 3 2 1
 - (E) 1 3 2 2
-
51. Conforme a legislação de proteção à criança e ao adolescente, na ocorrência de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante usados como formas de educação, disciplina, correção ou qualquer outro pretexto, praticados pelos pais, por integrantes da família ampliada, por responsáveis, por agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou, ainda, qualquer pessoa encarregada de cuidar da criança e do adolescente, estarão sujeitos às medidas, como, por exemplo, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, advertência, entre outras, que serão aplicadas de acordo com a gravidade da situação. A lei determina que a aplicação das medidas será realizada pela(o)
- (A) Vara de Família.
 - (B) CREAS.
 - (C) Conselho Tutelar.
 - (D) Autoridade Policial.
 - (E) Defensoria Pública.
-
52. Desde 1990 o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece ao cidadão brasileiro acesso não contributivo, integral e universal aos serviços de saúde, o que abrange desde o atendimento na Atenção Primária até o transplante de órgãos. Além disso, está no campo de atuação do SUS a
- (A) fiscalização da produção e da utilização de substâncias tóxicas, e a inspeção de alimentos para animais.
 - (B) assistência veterinária, inclusive farmacêutica e a vigilância sanitária.
 - (C) execução de ações preliminares e o planejamento da política de sangue e seus derivados.
 - (D) formulação da política de medicamentos e de saúde do trabalhador.
 - (E) colaboração na proteção do meio ambiente e a fiscalização de serviços privados laboratoriais.

53. Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, as relações internacionais da República Federativa do Brasil devem ser regidas por princípios, entre eles: a prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político, a defesa da paz, entre outros. Com o objetivo de formar uma comunidade latino-americana, deve-se buscar a integração:

- I. Econômica.
- II. Social.
- III. Cultural.
- IV. Política.
- V. Regional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, e III.
- (B) I, IV, e V.
- (C) II, III, e V.
- (D) II, IV, e V.
- (E) III, IV, e V.

54. A gestão do Sistema Único de Assistência Social é composta por instâncias de pactuação. Cada instância tem sua atribuição definida e cabe à(s) **I** o contato permanente para a troca de informações com a(s) o **II**.

Preenchem respectivamente as lacunas **I** e **II** as siglas que se encontram em:

- (A) CIB – SUAS
- (B) CIB – CITs
- (C) CITs – CNAS
- (D) CNAS – CIBs
- (E) CIT – CIBs



55. A entidade sem fins lucrativos que oferece acolhimento em regime transitório e de forma voluntária e gratuita para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas é denominada
- (A) Ajuda Mútua.
 - (B) Comunidade Terapêutica.
 - (C) Internação Compulsória.
 - (D) Clínica Especializada.
 - (E) Casa de Apoio.
-
56. A violência contra a mulher é uma das formas de violação dos direitos humanos. A Lei Maria da Penha estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a lei, quando for o caso, a mulher em situação de violência receberá encaminhamento à assistência judiciária para
- (A) definição de guarda dos filhos.
 - (B) pensão alimentícia.
 - (C) separação de bens.
 - (D) dissolução da união estável.
 - (E) formalização da violação.
-
57. A promoção da acessibilidade visa a transposição de barreiras que impeçam a participação de pessoas com deficiência nos vários âmbitos sociais. Como forma de superar os obstáculos, a Recomendação nº 48/2014 estabelece:
- (A) Adaptação de mobiliário, portas e corredores.
 - (B) Vaga no estacionamento por tipo de deficiência.
 - (C) Áudio descritor para leitura dos processos quando solicitado ao juiz responsável.
 - (D) Cadeira elétrica para descolamentos nos espaços judiciais.
 - (E) Processos em Braille quando solicitado ao juiz responsável.
-
58. O processo de inclusão deve considerar diferentes formatos e recursos de comunicação que facilitem o acesso à informação das pessoas com deficiência visual. A Resolução CNJ nº 401/2021 considera como forma de interação:
- I. Estenotipia.
 - II. Dispositivos multimídia.
 - III. Rampa de acesso.
 - IV. Mobiliário adaptado.
 - V. Reserva de vaga de estacionamento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) II e III.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.
-
59. De acordo com a legislação, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, diante de uma ou mais barreiras, pode impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas. A deficiência intelectual está associada a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como, por exemplo: cuidado pessoal, habilidades acadêmicas, entre outras. O funcionamento intelectual da pessoa com deficiência intelectual é significativamente inferior à média e sua manifestação ocorre
- (A) não há idade definida para manifestação.
 - (B) após os 19 anos de idade.
 - (C) antes dos 18 anos de idade.
 - (D) entre 2 anos e 5 anos, apenas.
 - (E) entre 0 ano e 3, apenas.
-
60. A ISO 26000 trata da responsabilidade social e sinaliza o desejo das empresas e organizações em incorporarem elementos socioambientais nos processos de decisão e, ainda, responsabilizarem-se pelos impactos causados por suas decisões e atividades ao meio ambiente. Esta norma pode ser adotada por empresas e organizações independentemente de seu porte. Entre suas orientações estão
- (A) Objetivos, metodologia e cronograma sobre responsabilidade social.
 - (B) Conceitos, princípios e comunicação sobre responsabilidade social.
 - (C) Comunicação, informação e orientação sobre responsabilidade social.
 - (D) Histórico, metas e orçamento sobre responsabilidade social.
 - (E) Integração, conceitos e objetivos sobre responsabilidade social.



Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO